

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 115.451 - RS (2019/0205395-7)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : NATA HABACUQUE DOS SANTOS MACEDO (PRESO)
ADVOGADO : PAULO CESAR DE OLIVEIRA GONÇALVES - RS052696
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por NATA HABACUQUE DOS SANTOS MACEDO contra o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que denegou o *writ* de origem em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA.

Paciente preso, sendo convertida sua prisão em preventiva. Decisões proferidas na origem devidamente fundamentadas. Comprovada a materialidade dos fatos e presentes indícios suficientes de autoria, cabível a prisão preventiva do paciente, nos termos do art. 312 do CPP. Segundo o expediente, o paciente foi flagrado, na rodoviária de Pelotas, quando desembarcou com expressiva quantidade de drogas. O paciente já vinha sendo investigado, e era de conhecimento da polícia que traria entorpecentes para uma festa Rave naquele dia.

Assim, logo após desembarcar e pegar suas malas, foi abordado, e com ele encontrado Ecstasy (cerca de 300 gramas no total), Haxixe, codeína, LCD, e DMT (1,20 gramas). Predicados pessoais favoráveis, por si só, não justificam a concessão da liberdade provisória.

Inviável o exame aprofundado das provas em sede de habeas corpus. Inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois, a princípio, insuficientes e inadequadas ao caso em concreto, conforme já referido. Sobre a alegação de que o paciente, em caso de condenação, terá fixado regime distinto ao fechado não deve prosperar, pois a projeção da reprimenda eventualmente a ser imposta não é cabível em sede de habeas corpus, não servindo como fundamento para a liberação do paciente. A prisão preventiva não ofende o princípio constitucional da presunção de inocência, nem se trata de execução antecipada da pena. Art. 5º, LXI, da CRFB.

ORDEM DENEGADA.

O recorrente foi preso em flagrante, custódia convertida em preventiva, pela prática de tráfico ilícito de entorpecentes, diante da apreensão de *Ecstasy* (cerca de 300 gramas no total), *Haxixe*, *codeína*, *LCD*, e *DMT* (1,20 gramas).

Neste recurso, a defesa sustenta ausência dos requisitos do art. 312 do CPP, requerendo, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou a sua substituição pelas medidas cautelares do art. 319 do CPP.

Superior Tribunal de Justiça

A liminar foi indeferida e as informações prestadas.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do recurso.

Na origem, nos autos da Ação Penal n. 2.19.0004913-4, a audiência de instrução e julgamento está designada para o dia 10/10/2019, consoante informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 1º/10/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O decreto prisional assim dispôs:

[...] HOMOLOGO o presente auto de prisão em flagrante, que observou as formalidades legais e garantias constitucionais.

De acordo com os elementos informativos, o autuado foi flagrado, na rodoviária de Pelotas, quando desembarcou com expressiva quantidade de drogas. Segundo narrado nos autos de prisão em flagrante, **Natã já vinha sendo investigado, e era de conhecimento da polícia que traria entorpecentes para uma festa Rave naquele dia. Assim, logo após desembarcar e pegar suas malas, foi abordado e com ele encontrado Ecstasy (cerca de 300 gramas no total), Haxixe, codeína, LCD, e DMT (1,20 gramas).**

Assim sendo, a situação de flagrância está demonstrada pelo disposto no inciso I do artigo 302 do Código de Processo Penal, configurando a legalidade da prisão. Autoria demonstrada, assim como a materialidade pelos autos de apreensão de fl. 13 e laudo de constatação das substâncias de fl. 27/31. A imputação pelo delito de tráfico de entorpecentes está compatível com as circunstâncias já descritas, e, também, pela quantidade de droga apreendida. Mesmo não sendo, objetivamente, o delito de tráfico de entorpecentes revestido, na sua essência, de violência ou grave ameaça, isso não vem a afastar a gravidade do delito em si, pois praticado em desfavor da coletividade com efeitos perniciosos para a sociedade, inclusive fomentando a prática de outros delitos por quem consome e é viciado em drogas, com evidente risco para a ordem pública, além do que o delito em apreço pressupõe a habitualidade, tornando-se inadequada a soltura do autuado. **Ressalvo que condições pessoais favoráveis como primariedade e dedicação a ocupação lícita não são impeditivos para o decreto da prisão preventiva, se presentes os seus requisitos, notadamente para fins de assegurar a ordem pública (a quantidade expressiva apreendida, 490 unidades, demonstra ampla abrangência de sua atuação ilícita), não sendo viável, no momento, tão somente a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.** Por todo o exposto, vai convertida a prisão

Superior Tribunal de Justiça

em flagrante de Natã Habacuque dos Santos Macedo em prisão preventiva com base nos artigos 310, II, e 312, todos do Código de Processo Penal.

Como se vê, expôs o decreto prisional fundamentação idônea para garantia da ordem pública, destacada a quantidade de drogas apreendidas – *Ecstasy (cerca de 300 gramas no total), Haxixe, codeína, LCD, e DMT (1,20 gramas)*.

Pacífico é o entendimento nesta Corte de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Deste modo, ausente ilegalidade na decretação da preventiva, não vejo caso de sua revogação.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro NEFI CORDEIRO
Relator